

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO de Geografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

VOL. 15 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1995

O PAPEL DE PIERRE MONBEIG NA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DA FRENTE PIONEIRA DO CENTRO-OESTE (1930-1940)*

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira**

RESUMO

Nesse artigo, buscou-se produzir uma análise que possa revelar como se deu o processo de legitimação científica (considerando o processo de conhecimento como fenômeno social e científico ao mesmo tempo), através da produção de Pierre Monbeig sobre o Brasil, enquanto geógrafo engajado na explicação, descrição e viabilização da expansão da fronteira econômica e na institucionalização da Geografia no Brasil.

UNITERMOS: Ocupação da Fronteira / Legitimação Científica

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio foi produzido como trabalho final da disciplina ministrada pelo professor Marcelo Escolar – “Saber reconhecer, poder interpretar” –, durante o 2.º semestre de 1993. O referencial básico deste,

* Trabalho apresentado no 5.º Congresso Brasileiro de Geógrafos, Curitiba-PR, julho de 1994.

** Professora do Departamento de Geografia/UFG.

além das leituras realizadas constantes da bibliografia do curso, foram principalmente os dois relatos produzidos por Pierre Monbeig de uma viagem realizada de avião entre São Paulo e Goiânia. Estes relatos foram inicialmente publicados como artigos no jornal *O Estado de São Paulo* e posteriormente reunidos a uma coletânea de seus ensaios, artigos e relatos, publicada sob o título de *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*.

Acrescentando a esta análise as fontes históricas relativas a Goiânia e combinando-as com os relatos, foi possível afirmar que esta viagem aconteceu em algum momento de 1938,¹ uma vez que no texto esta informação não está clara.

Além disso utilizou-se também uma outra coletânea de seus trabalhos publicada sob o título *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*, bem como a leitura e a análise de vários artigos publicados no *Boletim Geográfico* e na *Revista Brasileira de Geografia* entre as décadas de 40 e 50.

Este trabalho constitui, então, uma tentativa de produzir uma análise que – através das indagações históricas relativas ao processo de conhecimento, enquanto fenômeno social e intelectual – seja, ao mesmo tempo, capaz de revelar como se dá o processo de legitimação científica através da produção de um geógrafo engajado na explicação, na descrição e na viabilização da expansão da fronteira econômica brasileira, e na institucionalização da Geografia no Brasil.

2. PIERRE MONBEIG NO BRASIL

Para se compreender a presença deste geógrafo francês no Brasil, faz-se necessário retomar também em linhas gerais do contexto institucional que o acolherá e o transformará em representante legítimo de toda uma estratégia político-institucional. Esta, por sua vez, também legitimará o ordenamento do território brasileiro sob as novas bases emanadas das transformações estruturais do pós-30.

Não foi possível obter maiores informações acerca de sua atuação fora do Brasil, mas é certo que ele é herdeiro e propagador da chamada

Escola Francesa de Geografia, emanada da chamada geração de 70 na França, conforme salienta Aroldo de Azevedo (1976). Escola essa assentada sobre as bases de uma Geografia descrita como social, e que é vista por Mamigoniam (1991), por exemplo, como uma tendência liberal resultante do ambiente de radicalização política da Europa de após-crise de 1929. Em Azevedo (1976, p. 28), encontra-se referência à geração da qual Pierre Monbeig provém, afirmando que:

Luminosa geração, cujos reflexos chegaram até o Brasil, notadamente por discípulos verdadeiramente à altura dos mestres que tiveram – Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Francis Ruellan, Roger Dion, Pierre Gorou, Louis Papy. Gloriosa geração que modelou os responsáveis pela fundação e sobrevivência da Associação de Geógrafos Brasileiros e formou os membros da chamada Escola Paulista de Geografia. (1976, p.28)

Andrade (1992, p.145) afirma que a institucionalização da Geografia como ciência, no Brasil, dar-se-á após a Revolução de Trinta com a criação de:

... instituições como a Universidade do Distrito Federal e Universidade de São Paulo (USP), com cursos específicos, em nível superior, sobre esta disciplina, além do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o fim de fazer o Censo Demográfico de 1940, levantar a Carta do Brasil ao Milionésimo e realizar pesquisas de campo sobre as várias regiões brasileiras.

Com a ocorrência destes fatos, desencadearam-se, naturalmente, debates em torno de idéias. Andrade (1992, p. 145) relata que “... em 1934 em São Paulo, um grupo de estudiosos se reuniu e, sob a liderança do geógrafo Pierre Deffontaines, fundou a Associação de Geógrafos Brasileiros”.

Vale a pena abrir aqui parênteses sobre o contexto social proporcionado por estes fatos que, na visão de Mamigoniam (1991/157),

... caracteriza-se pela necessidade de reeducação das massas populares a partir da preparação de um corpo docente (...) foi um dos objetivos

do bloco de poder posterior a revolução de 30 (...) A educação era vista como fonte básica de modernização, da superação do atraso que nos separava dos Estados Unidos e da Europa.

Essas ações institucionalizantes têm como *locus* principal, São Paulo. Segundo o mesmo autor (1991, p. 158),

... no caso de São Paulo havia um componente político importante, ligado à conjuntura da época: os fazendeiros do café e os comerciantes exportadores e importadores, as principais classes dirigentes do estado, haviam sido apeadas do poder em 1930 e pretendiam voltar usando uma ofensiva cultural-ideológica, que incluía a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tanto Getúlio Vargas quanto a oligarquia paulista exerciam um autoritarismo iluminista, que esteve presente em várias iniciativas da década de 30 (CNG-1937 - logo ligado à UGI).

Assim os cursos de Geografia e História, da FFCL-USP nasceram com a colaboração de um corpo docente recrutado na Europa, que, apesar de suas raízes autoritárias, “era composto por intelectuais promissores de extração liberal esquerdizante” (Mamigonian, 1991), tal como foi Pierre Monbeig.

Pierre Monbeig chega ao Brasil no começo de 1935 para substituir o professor Pierre Deffontaines, que se transferira para o Rio de Janeiro. A influência desta formação francesa² se manifestará com grande vigor no Conselho Nacional de Geografia e no IBGE nas décadas de 40 e 50, resultado das atividades desenvolvidas pelos ex-alunos destes mestres franceses. Manifesta-se nos ensaios, artigos, relatos de pesquisa, viagens de campo, etc., no *Boletim Geográfico* e *Revista Brasileira de Geografia*.

Esta influência francesa se refletirá na postura de seus propagadores, os fundadores dos cursos de Geografia (Deffontaines, Monbeig, Ruellan), voltada para o “ambientalismo e para a geografia regional de Vidal de La Blache” (Andrade, 1992).

Esses fundadores tinham uma forte preocupação com o que chamavam “geograficidade”, na qual ficava evidente a ausência de comprometimentos políticos e sociais.

Sem dúvida, tanto os departamentos de Geografia quanto a AGB tiveram, através de seus componentes e fundadores (os franceses), um papel vital e fundamental na estruturação desta Geografia científica, resultado dos debates e discussões emanados e suscitados nestas instituições com o estímulo de seus mentores.

Fica, porém, mais evidente neste tipo de análise que a Geografia então institucionalizada vai oferecer, enquanto discurso e instituição científica, material conceitual e empírico com o qual será possível sustentar uma perspectiva nacional territorial, desencadeada com o movimento expansionista das frentes pioneiras e da Marcha para o Oeste. O objetivo, então, era o de, literalmente, construir um território. Aí, então, a Geografia encontrará as razões para a sua legitimação científica, tanto no que se refere às instituições, aos profissionais de área técnica como ao ensino desta disciplina. Isso contribui assim para construir o conceito de território brasileiro amplo, inesgotável e, sobretudo, rico.

3. GOIÁS NO CONTEXTO NACIONAL – (1930-1950)

Na década de 30, com o rompimento do modelo primário exportador, delineia-se no Brasil e em Goiás um novo arranjo econômico-espacial, redefinindo funções e desencadeando transformações a partir de um foco dinamizador ou área nuclear de mudanças correspondente à região cafeeira “cuja expansão assegura concomitantemente as condições de expansão das forças capitalistas” (França, 1985, p. 2).

Deste núcleo dinamizador emanarão transformações e uma distribuição espacial das atividades econômicas, efeito de complementaridade, que tanto se manifestará no sul de Goiás como no norte do Paraná, no Triângulo Mineiro e no sul de Mato Grosso, consideradas “áreas vazias”³ e próximas a São Paulo. De uma certa forma, estas áreas apresentavam uma predisposição a receber os impactos de integração que emanavam da zona cafeeira paulista, e mesmo de um certo capitalismo paulista. Isto se deu não apenas porque eram vazias, mas também porque assimilaram as condições do impacto capitalista emanado de São Paulo.

Quanto ao dinamismo que condicionou a abertura de novos espaços para a expansão agrícola (produtos destinados ao consumo interno), esse resultou de determinações da lei do valor que procurou estabelecer uma divisão social e territorial do trabalho, que pudesse garantir as condições de reprodução do capital ao setor urbano-industrial.⁴ Isso resultará na ampliação espacial de uma organização agrícola com baixo nível de capitalização, o que conseqüentemente alimentará o processo de extração de produtos excedentes (França, 1985). Este é um processo que tomará expressão social e territorial no Brasil, especialmente no momento enfocado e em direção às áreas já citadas.

Tem-se então o nascimento de uma demanda por produtos agrícolas, que resulta da expansão do mercado interno, extrapolando até mesmo para além das áreas cafeicultoras. Assim os espaços meridionais de Goiás passam a integrar e a assegurar a expansão do capitalismo no Brasil.

Está-se, então, diante de “forças externas” que combinadas com as potencialidades locais, consubstanciam-se na exploração do solo em novas bases e formas. Uma agricultura de subsistência, latifúndios de criação, e até focos de lavoura mercantil, acelerando, assim, as exportações regionais.

Junte-se a isso a “necessidade” de deslocamento geográfico da produção de alimentos e matérias-primas, a criação de um mercado consumidor de manufaturados e a ampliação da fronteira agrícola, com a finalidade de receber excedentes populacionais das áreas voltadas para a exportação.

É então no contexto da década de 30, ou mais especificamente do Estado Novo⁵ e de suas diretrizes político-econômicas de um novo regime, que por sua vez passa a estruturar um “novo tempo” em um “novo Brasil”; tudo isso alicerçado na imagem do *progresso geral*, coroado pelas idéias de expansão do Governo Vargas através da Marcha para o Oeste. Esta ideologia do progresso, especificamente em Goiás, será projetada, dentre outras ações (colonização oficial, abertura de estradas) com a construção de Goiânia.

Os efeitos deste processo ficam claramente evidenciados na análise de França (1985, p.78):

... o avanço da fronteira acelerou-se como efeito da política de povoamento e colonização empreendida pelo Governo Federal. Em 1941, teve início a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Essa medida representou a efetivação, em Goiás, da iniciativa do governo da União de promover a incorporação dos espaços ocidentais no processo de desenvolvimento das forças produtivas nacionais.

A partir da década de 40 iniciam-se, então, grandes transformações em Goiás, com a abertura de novas vias de penetração no sul do Estado, com iniciativas de regulamentação de terras devolutas, assim como toda uma política de incorporação de novas áreas emanadas da Marcha para o Oeste. O deslanche ocorrido nesta década da área de expansão da fronteira será marcado pela descontinuidade, formando espaços insulados tais como o Sudoeste Goiano, a Estrada de Ferro, Vale do São Patrício, Vertente Goiana do Paranaíba e, principalmente, a região do Mato Grosso Goiano, onde dar-se-á a implantação de Goiânia.

Essas regiões se constituirão em verdadeiras frentes de ocupação impulsionadas pelo poder público⁶ com os projetos de colonização (inclusive com migrantes estrangeiros), loteamento de terras devolutas e, principalmente, a fundação de Goiânia.

A frente pioneira que se desenvolverá na região do Mato Grosso Goiano, onde se implantará Goiânia, define-se como uma frente de policultura com presença maciça de mineiros e onde, conforme salienta Chaul (1987, p.48),

... os poucos recursos do Estado foram canalizados para as obras de construção de Goiânia e abertura de algumas estradas de rodagens de bases precárias, a fim de viabilizar a ocupação agrícola e, por conseguinte, a consolidação da nova capital.

Assim a construção de Goiânia representará no contexto da Marcha para o Oeste e do Governo Vargas, no que se refere a Goiás, a ideologia do processo, claramente expressa na afirmação de Chaul (1987, p. 49):

Goiânia pode ser considerada um fruto do Estado Novo, uma vez que sua realização dependeu basicamente do regime instalado em 1930

e que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937. Para o Estado Novo, o inverso também é verdadeiro. Goiânia era a representação maior do “nacionalismo”, do “bandeirantismo”, da “sagacidade” do brasileiro tão decantada pelos ideólogos do Estado Novo. Localmente Goiânia poderia representar o motor capaz de acelerar a integração de Goiás à economia nacional.

A pedra fundamental de Goiânia foi lançada oficialmente em 24 de outubro de 1933, daí em diante deu-se sua construção e a transferência gradativa da estrutura administrativa da antiga capital, até a sua inauguração oficial em julho de 1942.

Goiânia representou, então, a consolidação da frente pioneira na região, servindo até mesmo como trampolim para a posterior conquista e a viabilização capitalista da Amazônia. Este processo representou, com certeza, a viabilização da frente pioneira em Goiás, com a conseqüente inserção do mesmo na economia de mercado, como um novo centro político capaz de contribuir para a dinamização da economia do sul e do sudeste.

4. A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE PIERRE MONBEIG SOBRE GOIÁS

O objetivo principal do presente ensaio é o de compreender o papel desempenhado na construção da Geografia brasileira por Pierre Monbeig, intelectual envolvido no processo de produção de um conhecimento que se enquadra nas condições de seu tempo, de seu contexto institucional e social.

O conhecimento elaborado por esse geógrafo será então utilizado no processo de expansão, apropriação e desvendamento dos imensos 'espaços vazios' ou não, mais próximos ao centro hegemônico vigente no momento histórico, processo caracterizado pela Marcha para o Oeste. Portanto, esses espaços correspondem às regiões periféricas do Estado de São Paulo, norte do Paraná, Mato Grosso, Triângulo Mineiro e Goiás.

Considerou-se importante avaliar, mesmo que quantitativamente, o resumo de sua produção contida nas duas principais coletâneas de seus trabalhos – *Ensaio de Geografia Humana Brasileira* e *Novos estudos de Geografia Humana Brasileira* – já publicadas no Brasil. A tabela abaixo demonstra os temas tratados por ele e agrupados por assuntos mais freqüentes.

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE PIERRE MONBEIG EM
OBRAS SELECIONADAS**

TEMAS	Ensaio de Geografia Humana Brasileira	%	Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira	%	TOTAL (nos 2 livros)	%
Questões Paulistas	9	42,8	5	45,4	14	43,7
Questões Teóricas	3	14,2	2	18,1	5	15,6
Questões Metodológicas	2	9,5	2	18,1	4	12,5
Questões Institucionais	2	9,5	-	-	2	6,5
Questões Regionais	3	14,2	2	18,1	5	15,6
Questões Variadas	2	9,5	-	-	2	6,2
TOTAL	21	100%	11	100%	32	100%

Os resultados apresentados pela Tabela levam-nos a concluir que quase metade de sua produção (43,7%), contida nos dois livros considerados, trata de questões paulistas. Sem contar que mesmo as abordagens teórico-metodológicas, com freqüência, utilizam exemplos paulistas.

Considerando-se então a escala das proporções verificadas, percebe-se que o que vem a seguir são os enfoques teórico-metodológicos e regionais, com um papel menos significativo no conjunto analisado.

Assim, apesar de o objetivo do trabalho não ser a análise da sua produção sobre São Paulo, tornou-se inequívoca a seguinte constatação: o discurso científico de Monbeig e o seu conteúdo substantivo foi o de compreender a realidade paulista. Dessa forma, legitima a hegemonia econômica paulista em relação ao resto do país, uma vez que os estudos, realizados sobre as regiões periféricas de São Paulo, contribuem para referendar esta hegemonia, como se perceberá a seguir em se tratando do Estado de Goiás.

Consideraram-se, neste ensaio, dois artigos publicados no livro *Ensaio de Geografia Humana brasileira* intitulados: “São Paulo/Goiânia” e “Goiânia”. Nesses artigos ele descreve a viagem por ele realizada a Goiânia, em 1938, num avião trimotor da Vasp, a convite das autoridades goianas, conforme foi possível perceber através das fontes consultadas. Ele define a viagem como de estudo, como uma excursão geográfica. Nesta condição ele reforça a necessidade para a geografia das lições diretas, como no trecho seguinte:

Da grande capital à nascente cidade do coração do sertão, não haverá uma maravilhosa lição de geografia humana, se esta ciência é essencialmente a análise descritiva e explicativa das paisagens, uma lição direta, infinitivamente mais proveitosa que todas as aulas teóricas entre as quatro paredes de um anfiteatro? (Monbeig, 1940, p.74)

Dessa forma, o texto prossegue descrevendo tanto os aspectos físicos quanto as construções humanas, através da visão proporcionada pelo avião no percurso entre São Paulo e Goiânia, destacando por vezes um ou outro aspecto mais marcante.

Convém destacar, devido a uma característica que se tornará muito peculiar à Geografia, a forma como ele descreve a paisagem do Brasil moderno para o sertão: “...empregar a palavra sertão no Estado de São Paulo constitui uma impropriedade e que só assaz longe, fora dos limites deste Estado é que convém localizar o limite das terras desbravadas” (Monbeig, 1940, p. 78).

Em sua ótica o limite ou ponto no qual se iniciam estas terras desbravadas é a cidade de Uberlândia, considerada por ele como a “cidade boca do sertão”.

Seu comentário, quando já sobrevoava as terras goianas, revela o espírito que permeava os desbravadores da época e também o de um cientista, com uma surpreendente visão histórica, fruto, com certeza, de sua base acadêmica. “O cerrado permanece mais inteiro que no Triângulo Mineiro, mais espesso e também mais elevado. Essa terra pôde antigamente conhecer uma atividade humana mais intensa na época da mineração; mas será a terra do futuro?” (p. 79).

No ensaio seguinte que se refere propriamente a Goiânia, Monbeig responde à indagação anterior, como quem ousou acreditar nessa terra do futuro:

... ao voar sobre o sertão, descobre repentinamente uma cidade que cresce com o vigor de uma nova e robusta planta em um ambiente de aparência hostil... Longe dos grandes centros do litoral, sem ligação ferroviária direta, com estradas bastante medíocres, em uma região que há cerca de dois séculos vive vagarosamente, constrói-se uma cidade verdadeiramente brasileira. (p. 80)

É evidente o pensamento que permeava tanto os meios acadêmicos quanto a sociedade em geral, resultante da pregação ideológica que emanava da estrutura política da época : o de desbravamento das áreas vazias ou incultas da zona ocidental do Brasil. O geógrafo, em questão, compartilha também do ufanismo da época quando afirma que o “bandeirismo não morreu”.

Com essa afirmação parece evidente o seu desejo de reforçar a posição dos paulistas (os bandeirantes de outrora) referente ao desbravamento do sertão e à missão colonizadora no Oeste brasileiro:

A bem dizer a influência paulista vai além de Goiânia. Desde logo convém notar que a nova cidade só vive de São Paulo: os materiais de construção, os gêneros alimentícios, as fazendas, as ferramentas para o trabalho, tudo que é necessário à vida cotidiana procede de São Paulo... Caminhões de Uberlândia, de Anápolis, de Araguari, e

também alguns que vão diretamente da capital paulista, afluem para Goiânia, carregados de açúcar, sal, gasolina e querosene, garrafas e tudo que se pode imaginar de mais heteróclito como carga. (p. 82)

Prosseguindo em sua avaliação, detectam-se as possíveis ameaças à influência paulista:

Ora os produtos paulistas não se detêm em Goiânia: vão mais longe ainda, até o Araguaia que não fica longe (e é uma possibilidade de indústria turística para a jovem cidade) e para o norte do imenso Estado de Goiás, onde encontraram a concorrência das importações da Baía e do Belém do Pará. (p. 83)

Como se afirmou anteriormente, torna-se evidente que o conteúdo substantivo de suas análises, como as descritas acima, revela a preocupação de legitimar a expansão e a dominação econômica paulista sob esses novos espaços brasileiros, reorganizados a partir do impulso modernizante do capitalismo.

Ele destaca a existência de três bacias econômicas naquele momento, a de Belém, a da Baía e a de São Paulo, definidas naturalmente pelos “traçados da Geografia”. Reforça a influência que as bacias econômicas de Belém e da Baía exercem em Goiás, constituindo, portanto, uma ameaça à construção da hegemonia paulista. Para superar esta ameaça e garantir a hegemonia paulista, Monbeig sugere que:

É mesmo incontestável que se os trabalhos de construção da Companhia Paulista fossem prolongados ao Triângulo Mineiro, como está previsto, a influência econômica paulista se acresceria no Estado de Goiás e, por conseguinte no Mato Grosso; abrir-se-iam novos mercados para o parque industrial de São Paulo, com uma carga de volta, cujos progressos estariam assegurados pela própria existência de uma importante ligação ferroviária. Entretanto, colhi a impressão – e somente a impressão, pois a minha viagem foi muito breve para que me arrisque a formular conclusões formais – de que os paulistas não devem dormir sobre seus atuais êxitos: não se fala de uma ligação da rede ferroviária de Goiás à Oeste de Minas e não se diz em Goiânia, que as tendências federais são mais nesse sentido do que no Paulista? (p. 83)

Nesse trecho fica evidente a sua posição de avaliador das possibilidades econômicas da região que estava visitando, para os interesses paulistas. Monbeig sugere ações a serem levadas a cabo para promover a total captura da região para a influência paulista, alertando para os riscos de se perder a hegemonia paulista, em processo de gestação, em detrimento de outras regiões, uma vez que até o governo federal se orientava em outro sentido (o que é compreensível diante do contexto político da época).

Quanto à cidade de Goiânia e o seu contexto, pode-se perceber em sua análise uma avaliação do papel que esta deverá representar para a banda ocidental do Brasil, e para o processo de incorporação de imensas áreas ao processo produtivo que se estava gestando, tanto nos centros hegemônicos quanto nas áreas abrangidas pela Marcha para o Oeste:

Ora o completo êxito dos construtores de Goiânia, está sem a menor dúvida, ligado à valorização das riquezas de Mato Grosso e de Goiaz, valorização que depende das relações dos grandes centros consumidores comerciais, vizinhos ao litoral. A cidade é agora um centro administrativo; só se ampliará, se todo o Estado se desenvolver e povoar-se... O êxito total não poderia surgir sem a elaboração de uma rede rodoviária através de todo o sertão, sem valorização sistemática das riquezas do solo e também do sub-solo, sem o afluxo da mão-de-obra e sua especialização. Mais uma vez encontrei lá uma fase da marcha 'rumo ao oeste' com todos os seus delicados problemas e todas as suas belas esperanças. (p. 84)

Essas avaliações revelam, sem dúvida, o papel desempenhado por um cientista ligado a um contexto institucional e social, explicitado em um processo de desenvolvimento que mobilizou forças sociais e políticas, ansiosas pela consolidação de uma nova estrutura econômica. Essa estrutura se assenta agora, não mais na monocultura de exportação, mas em uma diversificação econômica, que incluía e necessitava desses espaços periféricos como Goiás e Mato Grosso.

É importante destacar a posição de Monbeig na valorização evidente dos transportes aéreos (da Vasp). Nas entrelinhas ele aponta este tipo de

transporte como uma “saída” para a manutenção da influência paulista tanto em Goiás quanto em outras regiões, devido à ausência de ligações terrestres mais consistentes. Nos trechos seguintes é possível perceber esta preocupação:

... o pioneiro das épocas heróicas não existe mais em nossos dias, o colonizador quer estar em contato com o resto do mundo e sentir-se em segurança – e o avião pode ser um bom instrumento nesse sentido. Goiânia se encontra geograficamente colocada nas melhores condições possíveis para servir de base à navegação aérea no centro brasileiro: é escala natural para uma futura linha que unirá São Paulo a Belém, prolongando o atual serviço da 'Vasp'; é o ponto de partida indicado para linhas dirigidas aos centros de mineração de Mato Grosso, regiões onde estão surgindo novas aglomerações. (p. 85)

Essas colocações revelam, sem dúvida, o seu papel de avaliador e incentivador⁸ das ações paulistas fora de São Paulo, uma vez que a Vasp era uma companhia paulista. Deve-se considerar ainda que esses ensaios foram publicados no jornal *O Estado de São Paulo* em 1938, fato que revela a ampliação de uma postura científica (sem dúvida, suas análises eram científicas para a época) para um contexto social mais amplo.

Finalizando o seu ensaio, ele afirma que:

Goiânia pode perfeitamente se tornar um grande aeroporto no continente brasileiro. Assim, a jovem capital nos levou a encarar alguns dos problemas da valorização do sertão, problemas que cada dia mais me seduzem, mas que requerem soluções a um tempo amplas e refletidas. (p. 86)

É importante, então, destacar de sua análise o sentido de “valorização do sertão” que, sem sombra de dúvida, reflete o posicionamento e o desenvolvimento do contexto científico da época, tanto no que diz respeito à Geografia como a outras ciências. Isso se refere ao contexto institucional, ou seja às Universidades nascentes, às associações científicas.⁹ Essa “valorização” se consubstancia em descrições dos

recursos naturais, sua avaliação do potencial e, principalmente, as articulações entre diversos espaços brasileiros em relação a um centro em vias se tornar hegemônico.

Em outros ensaios de Pierre Monbeig, sobre questões teóricas e metodológicas e questões paulistas, produzidos posteriormente (coletânea *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*), percebe-se a manifestação de afirmações sobre a necessidade de conhecer o país. Julgou-se assim importante, até para referendar as análises realizadas, acrescentar trechos destes artigos como:

Ora ninguém mais indicado que o geógrafo para fazer as pesquisas necessárias à solução desses problemas. Se é precisamente o Geógrafo quem estuda as relações complexas dos meios naturais e dos grupos humanos em sua localização e em função de sua área espacial, é ele o técnico, por excelência da organização do espaço. Mas não basta organizar o espaço, é preciso organizá-lo bem. (1957, p. 23)

Seus textos mostram preocupação com a interdisciplinaridade, chamando a atenção para a não-onisciência do geógrafo no trato das questões de ocupação de território, revelando com isso o desenvolvimento de um pensamento científico que fosse capaz de referendar a ocupação da fronteira, quando afirma que:

Suponhamos que se resolva proceder ao estudo científico das possibilidades de povoamento nas regiões semidesérticas da Amazônia ou do Brasil Central. O estudo será entregue a grupos de pesquisadores – pedólogos, geólogos, agrônomos, higienistas; outros serão economistas, sociólogos, técnicos de transporte; outros geógrafos. A estes cabe contribuir para a harmonização dos pontos de vista dos técnicos. Seu papel será complementar, mas permitirá a síntese indispensável. (1957, p. 24)

Deve-se reconhecer neste seu ponto de vista o esforço de referendar e inserir a ciência geográfica no contexto da comunidade de cientistas que já estão reconhecidamente legítimos.

É relevante ainda ressaltar a sua posição acerca da pesquisa científica e do papel da Universidade no contexto do Estado, como a seguir:

... a forte tendência atual no sentido de subordinar a pesquisa científica à orientação do Estado e, inversamente, de se entregar aos técnicos a regência da vida das nações. A pesquisa geográfica deve ser livre para ser frutífera. Qual seria o valor de um inquérito sobre as possibilidades de organização da Amazônia, se fosse realizada por agentes que tivessem recebido diretrizes políticas favoráveis a uma conclusão orientada? Todo organismo de pesquisa científica tem interesse em trabalhar no clima de independência científica tradicional nas universidades. Somente sob esta condição a pesquisa poderá ser útil à coletividade. (1957, p.24)

Pode-se, então, notar sintetizada aqui a postura do cientista diante das constantes intervenções do poder público naquele momento específico do desenvolvimento histórico brasileiro, ou seja, o discurso que alardeia a neutralidade das ciências.

Baseando-se neste pequeno ensaio, resta-nos indagar se a Geografia e o geógrafo que a praticou naquele momento histórico procederam com isenção de propósitos. Esta é uma questão que requer um estudo mais aprofundado.

5. CONCLUSÃO

Ao término desse ensaio, tornou-se evidente a importância de se adotar uma postura científica que privilegie a contextualização histórica numa perspectiva historiográfica. No caso específico da Geografia brasileira, carente de análises dessa natureza, parece vital que se caminhe neste sentido.

O que foi aqui realizado nada representa diante do que há para ser feito, e nem se tem certeza de estar realmente acrescentando algo à tão carente reconstrução da Geografia brasileira.

O caminho metodológico que se tentou exercitar revela as imensas possibilidades dessa linha de pesquisa, a partir do entendimento de que o processo de conhecimento é concebido como um fenômeno social e intelectual ao mesmo tempo.

A obra de Pierre Monbeig foi considerada científica em relação a um processo de incorporação de espaços vazios (geopolítica interna?) de um momento específico da história brasileira. Para tanto ele se apoiou em uma fundamentação epistemológica (remanescente do expansionismo francês e alemão na Europa?) que criou, em consequência, um marco de legitimação científica, ou seja, uma expansão da fronteira a partir da hegemonia paulista combinada com a política colonizadora do Estado Novo, em um tempo no qual também se institucionaliza a Geografia no Brasil, o que não parece ser mera coincidência.

Diante disso, resta concluir que na verdade não se podem obter muitas respostas, mas sim muitas perguntas. Sabe-se que a Geografia se institucionalizou na década de 30, mas qual foi realmente o contexto discursivo, o contexto institucional e, sobretudo, o contexto social que a engendrou?

Pode-se ainda perguntar qual foi o papel de Pierre Monbeig (e talvez de todos os representantes da escola francesa) no processo de legitimação da Geografia brasileira, levando em conta toda a sua produção científica.

ABSTRACT

The purpose of this work is to make a deep investigation to show legitimation of scientific process (considering it as a social and scientific phenomene) through Pierre Monbeig's study about Brasil.

Monbeig, a geographer, developed this work trying to make a clear description of the expansion of the economical frontier and how the Geography in Brasil was set up.

NOTAS

1. Possivelmente entre maio e agosto, que corresponde ao período de estiagem na região, o que facilitou as observações feitas diante da visão proporcionada pelo avião.
2. Nesta mesma época desenvolveu-se uma outra corrente na Geografia Científica Brasileira que se abrigava no IBGE, principalmente, com

uma preocupação geopolítica e ligada aos grupos militares (influência de Ratzel?). Essa corrente pretendia estabelecer uma nova divisão territorial do Brasil, demonstrando também a intenção de expandir a influência brasileira na América Latina. Essa questão é controvertida e merece um maior aprofundamento, o que não cabe neste pequeno ensaio.

3. Vale ressaltar que o termo *vazias* é aqui utilizado no sentido de nova forma de exploração a que estas áreas serão submetidas, uma vez que elas não se constituíam em terras primitivas ou desabitadas, pois conheceram no passado explorações produtivas, tais como mineração, cultivo de erva-mate, pequena produção de subsistência, pastoreio, extração madeireira, etc.
4. Este é um tema que, pela sua profundidade e abrangência, não será tratado aqui com mais detalhes, uma vez que o que se pretende é apenas fazer uma contextualização que refere-se às análises seguintes.
5. Não cabe discutir aqui as implicações político-sociais, mas essa referência torna-se importante diante do objetivo de contextualização do tema.
6. Pode-se fazer aqui uma comparação com a frente pioneira do norte do Paraná que, embora contemporânea ao movimento de Goiás, resultando de sociedades estruturalmente análogas e fruto de um mesmo contexto histórico, ou seja de expansão da fronteira agrícola nacional, apresenta sua própria especificidade. No Paraná o caráter da colonização foi o de ser eminentemente privada com a predominância da expansão do cultivo do café e presença maciça de paulistas.
7. O autor realizou também estudos sobre o Nordeste brasileiro, mas representa pouco no conjunto de sua obra.
8. Talvez seja temerário afirmar com tanta ênfase tal proposta de Pierre Monbeig, mas, diante do material de pesquisa manuseado, esta sua posição aparece com clareza. De qualquer forma é conveniente que em uma pesquisa de maior envergadura estas pistas sejam aprofundadas.
9. A legitimação científico-institucional no caso enfocado, ou seja Goiânia, se manifesta também através de uma coletânea especialmente editada pelo IBGE em 1942. Esta coletânea contém os artigos de Pierre

Monbeig analisados neste ensaio, como também de engenheiros, arquitetos e urbanistas envolvidos na construção da cidade. E, naturalmente, artigos do governador do Estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, e do Presidente da República, Getúlio Vargas. Esta obra constitui sem dúvida um material de pesquisa precioso no que se refere ao tipo de abordagem que se pretendeu fazer aqui, mas deverá ser contemplado em um outro momento, dados os limites impostos por esse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, M. C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira . In: *Novos rumos da Geografia brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. *Terra Livre*. São Paulo: Marco Zero, 1991.
- _____. *Caminhos e descaminhos da Geografia*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- AZEVEDO, Aroldo de. A geografia francesa e a geração dos anos setenta. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 50, 1976.
- BOURDIER, Pierre. *Homo academicus*. Paris: Minuit, 1984.
- _____. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard, 1982.
- CHAUL, N. F. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Ed. da UFG, 1987.
- ESCOLAR, M. Geografia francesa y política alemana: Camille Vallaux (1902-1912). *Cadernos de Geografia*. (Departamento de Geografia da Universidade Nacional de Colombia – Bogotá), n. 4.
- FRANÇA, M. S. *Terra, trabalho e história*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo.
- MAMIGONIAN, A. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. In: _____. *Prática de ensino em Geografia*. São Paulo: Marco Zero.
- MONBEIG, P. *Ensaio de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.
- _____. *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*. São Paulo: Difel, 1957.

